

CR **! Resposta ao Ofício 604/2025 – Atualização sobre o cumprimento do Acordo da Gameleira. Requerimento nº 646/20**
"CPG: RELACOES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS" < cpg-relacoesig@gerdau.com.br >

8 de outubro de 2025 às 14:57

Para: erijayme@conselhoirlafaiete.mg.leg.br, professoroswaldo@conselhoirlafaiete.mg.leg.br

Cc: camara@conselhoirlafaiete.mg.leg.br

Spam Score:

Tags:

À Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Sr. Erivelton Martins Jayme da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

EXPEDIENTE
14/10/25

Sr. Vereador Professor Oswaldo Barbosa

Vereador da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Ref. Resposta ao Ofício 604/2025 – Atualização sobre o cumprimento do Acordo da Gameleira.

Requerimento nº 646/2025 (referência gabinete: Reque. 030/2025)

Prezados vereadores,

Em resposta ao ofício 064/2025, encaminho em anexo resposta referente ao status de atendimento ao Acordo celebrado com o Ministério Público (ACP nº 5000668-57.201

Estamos à disposição para qualquer dúvida.

Certa de costumeira atenção, envio votos de estima.

At.te

Nathália Moreira

Relações Institucionais

Avenida Afonso Pena, 4.100, Cruzeiro | 10º andar

Belo Horizonte, MG | Brasil

(31) 9 8275-5591

www.gerdau.com.br



Esta mensagem pode conter informações de uso restrito e/ou legalmente protegidas. Se você a recebeu por engano, por favor elimine-a imediatamente e avise-nos. Esta mensagem é proveniente da Gerdau (ou qualquer das suas subsidiárias) quando confirmado formalmente por um de seus representantes legais, devidamente autorizado para tanto.

Este mensaje puede contener informaciones de uso restringido y/o legalmente protegido. Si usted ha recibido este mensaje por error, por favor elimínelo e informe de tal situación considerado como proveniente de Gerdau o de sus subsidiarias cuando sea confirmado formalmente a través de los representantes legales debidamente autorizados para tal.

This message may include restricted, legally privileged, and/or confidential information. If you received this message by mistake please delete it immediately and inform us at originated from Gerdau or its subsidiaries only when formally confirmed by its officers authorized for that.

This content is Internal.

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG
-13-Out-2025-11:10-064680-1/1

Ouro Branco, 08 de outubro de 2025

À
Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Sr. Erivelton Martins Jayme da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Sr. Vereador Professor Oswaldo Barbosa
Vereador da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

**Ref. Resposta ao Ofício 604/2025 – Atualização sobre o cumprimento do Acordo da Gameleira.
Requerimento nº 646/2025 (referência gabinete: Reque. 030/2025)**

Prezados Senhores,

A GERDAU AÇOMINAS S.A. (Gerdau ou Companhia), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.227.422/0001-05, com matriz localizada na Rod. MG 443 - KM. 07 S/N, Fazenda do Cadete, Zona Rural, Ouro Branco/MG vem, por seu representante legal infra-assinado, prestar os esclarecimentos solicitados pelo Vereador Professor Oswaldo Barbosa, com relação ao status de atendimento ao Acordo celebrado com o Ministério Público (ACP nº 5000668-57.2015.8.13.0183) sobre o Sítio Varginha do Lourenço.

As solicitações no requerimento nº 646/2025 são:

*“O que já foi cumprido do TAC?
Qual a fase atual do TAC?”*

Com base nos seguintes questionamentos, segue esclarecimento sobre o status de cada cláusula do Acordo.

Cláusula 1: A GERDAU (PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA) compromete-se a elaborar, por intermédio de empresas, instituições e profissionais especializados, projeto global de revitalização/restauração do Sítio da Varginha do Lourenço, abrangendo seus aspectos arqueológicos, estruturais, arquitetônicos, ambientais, paisagísticos e artísticos ("Projeto").

Parágrafo Primeiro: o Projeto de que trata o caput deverá prever:

a) as medidas de revitalização/restauração integrais das ruínas da antiga estalagem e do entorno que integram o conjunto histórico tombado;

1. O projeto prevendo medidas de revitalização/restauração foi elaborado e devidamente procolado no Relatório Trimestral de março/2025, pela Interviente

Anuente.

b) a elaboração de um plano diretor e a definição de espaços e estruturas a serem implantados visando à visitação pública do local e às ações de interesse turístico e educacional;

2. O esclarecimento quanto ao atendimento deste compromisso pode ser verificado no item acima, em atendimento ao esclarecimento prestado sobre a alínea “a”.

c) a implementação da virtualização do espaço revitalizado do Sítio da Varginha do Lourenço, por meio de ferramentas tecnológicas que permitam o livre acesso virtual à área revitalizada e informações sobre a mesma, garantindo a democratização do acesso ao patrimônio histórico-cultural;

3. A implementação de virtualização depende da conclusão dos itens anteriores e será adotada a tempo e modo, após a aprovação do projeto de revitalização/restauração do Sítio da Varginha, seguindo as diretrizes que forem alinhadas com o IEPHA.

d) a elaboração, por profissionais especializados nas áreas de entomologia, fitopatologia, genética e reprodução vegetal, de diagnóstico do estado atual da árvore Gameleira (Ficus lagoensis), situada na área tombada do Sítio da Varginha do Lourenço, e de proposta de medidas para garantir a integridade física da árvore;

4. As ações determinadas na presente alínea foram devidamente concluídas pela Primeira Compromissária, sendo apresentado o Laudo Técnico contendo o Diagnóstico da Árvore Gamaleira, bem como apresentação das medidas para garantia de sua integridade. As ações emergenciais foram implementadas pela Gerdau.

5. Além disso, foi realizada a reprodução assexuada da Gameleira, com a obtenção de 18 mudas, devidamente entregues ao Segundo Compromissário (Município de Conselheiro Lafaiete), juntamente com o Relatório Técnico elaborado pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, que apresenta as informações relacionadas ao experimento da reprodução assexuada.

e) a elaboração de projeto técnico de recomposição da flora - PTRF, a fim de recompor a vegetação nativa no entorno do Sítio da Varginha do Lourenço, nos trechos de interesse arqueológico que foram impactados pelo plantio de eucalipto e deposição de escória, bem como proteger os vestígios arqueológicos contra a degradação, situados dentro da propriedade da primeira compromissária;

6. O Projeto Técnico de Recomposição da Flora foi elaborado e está em fase de execução.

7. Para avanço das ações de execução do PTRF, foi elaborado projeto arqueológico para autorização do acompanhamento pelo arqueólogo responsável. A autorização foi

emitida e as atividades de execução do PTRF estão ocorrendo com acompanhamento do arqueólogo, conforme previsto no Projeto apresentado.

f) a implantação de marcos georreferenciados delimitando a área de interesse arqueológico, incluindo aquela a ser ambientalmente recuperada, na forma da alínea "e" acima, implantando ainda sinalização indicativa da existência de patrimônio cultural arqueológico;

8. O item será executado posteriormente à aprovação do projeto de Revitalização/ Restauração do Sítio da Varginha do Lourenço pelo IEPHA. Como dito, o Projeto foi protocolado em março de 2025 pela Interveniente Anuente.

g) o plantio, dentro do perímetro da área tombada e/ou outros locais a serem definidos com o COMPROMITENTE, das mudas antecipadamente obtidas a partir da reprodução assexuada da Gameleira, conforme orientação do Laudo Pericial IEF nº 140/2011;

9. Item sob responsabilidade do Segundo Compromissário (Município de Conselheiro Lafaiete), conforme Cláusula Terceira.

Parágrafo Segundo: o Projeto de que trata o caput, no que tange às alíneas "a", "b" e "c", deverá ser apresentado ao INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS - IEPHA, para análise e aprovação, devendo cópias do mesmo ser apresentadas ao COMPROMITENTE, ao SEGUNDO COMPROMISSARIO e à TERCEIRA COMPROMISSÁRIA.

10. Itens sob responsabilidade do Interveniente Anuente (Adesiap).

Parágrafo terceiro: a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA compromete-se a atender a todas as determinações e orientações técnicas apresentadas pelo INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS - IEPHA por ocasião da análise do Projeto aqui debatido, a fim de que este possa conseguir a aprovação.

11. A Primeira Compromissária ainda não recebeu retorno sobre a análise do Projeto.

Parágrafo quarto: fica consignado que, devido ao estado de idade avançado da Gameleira referida na alínea "d" do parágrafo primeiro, as ações referentes à garantia da integridade física da árvore representam obrigações de meio, devendo a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA empreender todos os esforços possíveis para a consecução do objetivo, sem, no entanto, estar vinculada ao sucesso das medidas adotadas.

Parágrafo quinto: considerando o êxito na reprodução assexuada da Gameleira, fica consignado que a Gerdau (PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA), destinará, mediante recibo, as mudas obtidas ao Município de Conselheiro Lafaiete (SEGUNDO COMPROMISSARIO), que ficará integralmente responsável pela sua manutenção e garantia de integridade física, ficando a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA excluída de

qualquer ingerência, participação ou responsabilidade sobre plantio, conservação e manutenção, ou qualquer outra atividade que envolva a destinação e a utilização das mudas da Gameleira, cabendo ao SEGUNDO COMPROMISSARIO o atendimento da alínea "g" da cláusula primeira.

12. Conforme já informado no Parágrafo Primério, alínea "d", as 18 mudas da árvore da espécie Gameleira (*Ficus lagoensis*) obtidas a partir da reprodução assexuada do indivíduo arbóreo situado no Sítio Varginha do Lourenço, foram entregues ao Município de Conselheiro Lafaiete/MG (Segundo Compromissário) no dia 24 de maio de 2022.

13. As demais obrigações presentes no parágrafo quinto são de responsabilidade do Segundo Compromissário.

Parágrafo sexto: juntamente à entrega das mudas de que trata o parágrafo anterior, deverá a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA apresentar ao COMPROMITENTE e ao SEGUNDO COMPROMISSARIO relatório técnico demonstrando as técnicas e os procedimentos empreendidos para a obtenção do sucesso da reprodução assexuada da Gameleira.

14. Além das 18 mudas obtidas por meio da reprodução assexuada, foi entregue também o Relatório Técnico elaborado pela Universidade Federal de Viçosa – UFV, que apresenta as informações relacionadas ao experimento da reprodução assexuada.

Parágrafo sétimo: a elaboração do PTRF referido na alínea "e" do parágrafo primeiro deverá ser acompanhada também por arqueólogo, com a finalidade de se garantir a preservação dos vestígios arqueológicos existentes na área.

15. O item foi cumprido pela Primeira Compromissária, com acompanhamento e gestão da Interveniente Anuente, e o arqueólogo fez parte da equipe técnica para elaboração do PTRF.

Cláusula 2: a Gerdau (PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA), por intermédio da INTERVENIENTE ANUENTE, compromete-se a executar as ações e medidas previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do parágrafo primeiro da cláusula primeira, constantes do Projeto aprovado, dentro do cronograma previsto, não superior a 36 (trinta e seis) meses, salvo em relação a eventuais medidas que tecnicamente demandem prazo maior para implementação, devidamente justificadas.

16. Os esclarecimentos quanto aos itens "a", "b", "c" e "d" foram prestados nos tópicos anteriores.

Parágrafo primeiro: fica consignado que a obrigação da PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA, relativa à execução das medidas visando à integridade física da Gameleira, prevista na alínea "d" do parágrafo primeiro da cláusula primeira, ficará restrita, nos termos definidos no Projeto, às medidas imediatas e emergenciais de conservação da árvore, sendo que as medidas posteriores de conservação regular ficarão a cargo do SEGUNDO COMPROMISSARIO, nos termos da cláusula terceira.

Parágrafo Segundo: Dentre as ações previstas no Projeto, deverão ter prioridade, e ser realizadas em menor tempo, aquelas referentes à conservação da árvore Gameleira, bem como aquelas referentes à revitalização das ruínas da antiga estalagem.

17. Conforme esclarecido ao tratarmos do item “d” do §1º, da cláusula 1ª, as medidas imediatas e emergenciais de conservação já foram executadas pela GerdaU, Primeira Compromissária, cabendo ao Segundo Compromissário comprovar as medidas posteriores de conservação regular.

Parágrafo terceiro: a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA apresentará ao COMPROMITENTE e ao INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS - IEPHA, por intermédio da INTERVENIENTE ANUENTE, trimestralmente, relatórios técnicos demonstrando a execução integral dos itens do Projeto referidos no parágrafo primeiro da cláusula primeira.

Parágrafo quarto: os relatórios técnicos referidos no parágrafo anterior deverão ser assinados também pelos profissionais especializados envolvidos em cada uma das ações aqui ajustadas, com a apresentação de ART, quando pertinente.

18. Os protocolos trimestrais vem sendo protocolados por meio da Interveniente Anuente, acompanhados de ART, conforme determinado.

Parágrafo quinto: a execução do PTRF referido na alínea “e” do parágrafo primeiro deverá ser acompanhada também por arqueólogo, com a finalidade de se preservarem os vestígios arqueológicos existentes na área.

19. O item vem sendo cumprido. A publicação da Portaria IEPHA ocorreu no dia 01/04/2025, sob nº 01514.002518/2024-36. Desde então as atividades vem ocorrendo conforme projeto aprovado e sob gestão da Interveniente Anuente.

Parágrafo sexto: a Interveniente Anuente executará as obrigações previstas nesta cláusula por meio de empresas e fornecedores contratados e realizará o acompanhamento e gestão dos referidos contratos.

Parágrafo sétimo: Os custos para execução das ações e medidas previstas nesta Cláusula serão arcados pela PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA e serão repassados diretamente para a INTERVENIENTE ANUENTE.

20. Os itens vem sendo cumpridos. Todas as obrigações estão sob gestão da Interveniente Anuente, sendo os custos repassados à Primeira Compromissária.

Cláusula 3: O Município de Conselheiro Lafaiete (SEGUNDO COMPROMISSÁRIO) compromete-se a executar as ações e medidas previstas nas alíneas “d” e “g” do parágrafo primeiro da cláusula primeira, nos exatos termos previstos no Projeto aprovado, bem como a realizar a gestão do Sítio da Varginha do Lourenço após a execução do Projeto pela PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA.

21. Cabe ao Segundo Compromissário prestar os esclarecimentos relacionados a este item.

Parágrafo primeiro: fica consignado que, no que tange às ações e medidas previstas na alínea "d" do parágrafo primeiro da cláusula primeira, as obrigações do SEGUNDO COMPROMISSÁRIO ficarão adstritas à conservação regular da árvore e iniciar-se-ão após a execução das medidas imediatas e emergenciais a cargo da PRIMEIRA COMPROMISSARTA, mencionadas no parágrafo primeiro da cláusula segunda.

24. Conforme já informado nos itens anteriores, as medidas emergenciais previstas já foram exercutadas pela Primeira Compromissária. As demais ações são de responsabilidade do Segundo Compromissário (Município de Conselheiro Lafaiete).

Parágrafo segundo: O SEGUNDO COMPROMISSÁRIO deverá zelar pela conservação da área tombada do Sítio da Varginha do Lourenço e dos equipamentos nela implantados, bem como zelar pela integridade física da árvore, adotando todas as medidas necessárias para tal finalidade.

Parágrafo segundo: o Segundo Compromissário deverá zelar pela conservação da área tombada do Sítio da Varginha do Lourenço e dos equipamentos nela implantados, bem como zelar pela integridade física da árvore, adotando todas as medidas necessárias para tal finalidade.

Parágrafo terceiro: o Segundo Compromissário deverá manter a área tombada do Sítio da Varginha do Lourenço aberta à visitação pública, conforme regramento a ser definido, como forma de universalizar o acesso à história da Inconfidência Mineira.

Parágrafo quarto: o Segundo Compromissário poderá realizar o plantio de mudas da Gameleira em outros pontos de interesse dentro do seu território e firmar parcerias com outros órgãos e entidades, no âmbito de projetos turísticos e culturais, visando ao plantio das mesmas em outros pontos do Estado de Minas Gerais, após anuência da Compromitente.

22. Cabe ao Segundo Compromissário prestar os esclarecimentos relacionados a estes itens.

Cláusula 4: O Quarto Compromissário compromete-se a, até 22-09-2023, retirar todo o eucalipto que se encontra plantado na área de interesse arqueológico delimitada no Mapa 4 do Projeto de Pesquisa Histórico-Arqueológica sobre a estalagem da varginha do Lourenço, elaborado pelo Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (p.31), Anexo I deste Acordo, a fim de permitir a execução do PTRF referido na alínea "e" do parágrafo primeiro da cláusula primeira.

Parágrafo único: a retirada do eucalipto deverá ser feita mediante as devidas licenças e autorizações necessárias e ser comunicada expressamente à Primeira Compromissária e Compromitente. A retirada do eucalipto deverá ser custeada pelo Quarto Compromissário.

23. Conforme já reportado ao MPMG, o Quarto Compromissário não vem cumprindo o determinado na cláusula 4. O Acordo contempla a execução do PTRF em 08 talhões e, em vistoria gerenciada pela Gerdau em abril de 2025, foi observado que os talhões nº 01, 03, 04 e 06 estão com grande quantidade de eucaliptos de médio e grande porte, o que inviabiliza a execução da recomposição de flora.

24. A fim garantir a continuidade das atividades, a Gerdau, de forma proativa, realizou a retirada dos eucaliptos de menor diâmetro. Porém, os indivíduos de maior porte ainda estão no local, aguardando o cumprimento por parte do Quarto Compromissário.

Cláusula 5: a Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira (TERCEIRA COMPROMISSÁRIA), até 10/11/2022, doará à SEGUNDA COMPROMISSÁRIA o imóvel correspondente à área tombada das ruínas da Estalagem da Varginha do Lourenço, matriculada sob o n.º 2421 Fazenda 332 CL, junto ao Cartório de Registro de Imóveis – 1º Ofício da Comarca de Conselheiro Lafaiete, desde que atendidos em sua plenitude, sob pena de reversão da referida doação, as disposições dos parágrafos seguintes.

Parágrafo primeiro: a TERCEIRA COMPROMISSÁRIA terá direito, de forma irrevogável, irreatável e irrecorrível, à utilização do Sítio da Varginha do Lourenço para realização de eventos, cerimônias, solenidades e/ou reuniões de qualquer ordem, voltados tanto ao público interno da OCIM, quanto para a população externa, mediante de autorização, por parte do Município de Conselheiro Lafaiete/MG (segundo compromissário), ressaltando-se a imprescindibilidade de que a Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira (OCIM), comunique o Município de Conselheiro Lafaiete/MG o seu interesse de utilização do Sítio da Varginha do Lourenço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data programada para a realização evento e/ou reunião, a fim de se evitar, assim, o conflito entre datas e/ou horários com outros eventos já programados pela administração pública municipal.

Parágrafo segundo: fica ajustado que as datas de 08 de março, 21 de abril, 11 de agosto, 25 de agosto, 15 de novembro e 11 de dezembro ficam definidas como prioritárias para utilização por parte da TERCEIRA COMPROMISSÁRIA, de modo que, obedecido prazo de comunicação previsto no parágrafo anterior, o SEGUNDO COMPROMISSÁRIO somente poderá negar-lhe a autorização de uso em caso de interdição do sítio ou razões de segurança devidamente comprovadas.

Parágrafo terceiro: quanto à data de 21 de abril, o uso do espaço deverá ser compartilhado com o SEGUNDO COMPROMISSÁRIO, caso este pretenda também realizar evento comemorativo ao Alferes Tiradentes, devendo as partes ajustar os termos da utilização conjunta.

Parágrafo quarto: independentemente do disposto no parágrafo segundo, eventual indeferimento do requerimento para uso do sítio em outras datas somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado por escrito, devendo cópia da decisão ser encaminhada ao COMPROMITENTE para verificação quanto ao cumprimento do disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo quinto: a TERCEIRA COMPROMISSÁRIA deverá ser obrigatoriamente comunicada, com antecedência mínima de 03 (três) dias, acerca de toda e qualquer reunião e/ou deliberação atinente ao Sítio da Varginha do Lourenço, que ocorra no âmbito do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico ou Cultural de Conselheiro Lafaiete (COMPHIC) ou qualquer órgão ou conselho que o substitua.

Parágrafo sexto: A partir da efetivação da doação de que trata o caput desta cláusula, a responsabilidade sobre o patrimônio como um todo do Sítio da Varginha do Lourenço, a sua conservação e manutenção passarão a ser de responsabilidade exclusiva do Município de Conselheiro Lafaiete/MG (SEGUNDO COMPROMISSÁRIO), salvo quanto a eventuais danos causados durante eventos, cerimônias, solenidades e/ou reuniões de qualquer ordem realizadas pela OCIM, nos termos do parágrafo primeiro desta cláusula, que serão de responsabilidade da TERCEIRA COMPROMISSÁRIA.

Parágrafo sétimo: Caso qualquer dos 03 (três) parágrafos supra, integrantes da cláusula presente, sejam, isoladamente ou não, infringidos ou inobservados pelo Município de Conselheiro Lafaiete/MG (SEGUNDO COMPROMISSÁRIO), a doação do Sítio da Varginha do Lourenço, prevista no caput desta cláusula, estará sujeita ao desfazimento e reversão, observado o direito de defesa, voltando-se, dessa forma, ao domínio integral e irrestrito, sob todos os aspectos, à Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira (OCIM).

Parágrafo oitavo: a TERCEIRA COMPROMISSÁRIA, no prazo mencionado no caput, encaminhará ao comprometente cópia da escritura pública de doação do imóvel, com a devida averbação junto ao registro imobiliário.

Parágrafo nono: os custos referentes exclusivamente à lavratura de escrituras e correspondentes averbações cartoriais serão arcados pela PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA."

Parágrafo décimo: a TERCEIRA COMPROMISSÁRIA, independentemente de autorização, prévia e/ou posterior, por parte do Município de Conselheiro Lafaiete/MG (segundo compromissário), realizar divulgações, de qualquer ordem e por qualquer meio, das imagens do Sítio da Varginha do Lourenço, com o fim de publicizar o referido local perante toda a Sociedade, não dependendo de aprovação, prévia e/ou posterior, por parte do Município de Conselheiro Lafaiete/MG (segundo compromissário), quanto aos textos e as imagens à serem utilizadas, pela OCIM, em tais materiais, virtuais e/ou físicos, de divulgações do sítio da Varginha do Lourenço.

25. O atendimento à Cláusula 5 não é de responsabilidade da Primeira Compromissária. Cabe ao Segundo e Terceiro Compromissários esclarecimentos relacionados a estes itens.

Cláusula 6: a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA, através de sua equipe de vigilância patrimonial, realizará, no período compreendido da assinatura deste acordo até cinco

anos após a conclusão dos trabalhos de revitalização aqui ajustados, ronda em dias alternados na área tombada do Sítio da Varginha do Lourenço, devendo comunicar imediatamente à Polícia Militar e ao SEGUNDO COMPROMISSÁRIO qualquer evento danoso ou potencialmente danoso verificado no local.

Parágrafo único: fica ressaltado que a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA não será responsabilizada pela ocorrência de danos no local, sendo a obrigação prevista no caput apenas de meio.

26. As rondas, sob responsabilidade da Primeira Compromissária, estão ocorrendo, conforme determinado na Cláusula 6 e em caso de qualquer evento danoso ou potencialmente danoso, a Polícia Militar e o SEGUNDO COMPROMISSÁRIO são comunicados.

Cláusula 7: Fica ajustado que, em qualquer divulgação e/ou publicidade acerca dos trabalhos de revitalização aqui ajustados, constará que decorrem de parceria entre o COMPROMITENTE, a PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA e o SEGUNDO COMPROMISSÁRIO, sendo necessária a aprovação das respectivas áreas comunicação das instituições.

27. A Primeira Compromissária está ciente da determinação e, até o momento, não houve, por parte da Gerdau, a divulgação e/ou publicidade dos trabalhos prestados no presente Acordo.

Cláusula 8: fica estipulada a multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento injustificado de qualquer item deste Acordo, valor que será reajustado mensalmente pelos índices divulgados pela Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único: Antes de indicar o descumprimento total ou parcial das cláusulas, o COMPROMITENTE notificará os compromissários para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação pelos compromissários, preste os esclarecimentos que entender necessários. Exaurido o prazo, o COMPROMITENTE indicará o seu posicionamento acerca do cumprimento do acordo, mediante encaminhamento aos compromissários de conclusões técnico-jurídicas que subsidiem seu entendimento.

Cláusula 9: a imposição da multa acima estipulada dar-se-á com o total ou parcial descumprimento das obrigações assumidas, pelo simples advento do termo.

Cláusula 10: o presente Acordo será juntado aos autos n.º 5000668-57.2015.8.13.0183, em tramitação na 2ª Vara Cível da Comarca de Conselheiro Lafaiete, requerendo as partes sua homologação e a extinção do processo em relação aos compromissários, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do CPC, devendo o feito prosseguir em relação ao INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS - IEPHA.

28. A Primeira Compromissária está ciente da determinação das cláusulas acima descritas.

Sendo o Sendo o que se cumpria para o momento, a Gerdau agradece a atenção despendida e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



GERDAU AÇOMINAS S/A
Carolina Brighenti Campos Camarano
Gerente de Meio Ambiente